

A globalização para as mulheres rurais.

Pesquisa exploratória em processo de iniciação através da experiência local de educação e gênero em contraponto com a globalização e violência contra a mulher.

GT05- Desenvolvimento rural, globalização e crise.

Luzia de Azevedo Albuquerque.

Resumo

Este projeto entrevê o estudo sociológico sobre a realidade das mulheres rurais frente à globalização e situações de violência contra as mulheres na Região de Irecê/BA. Pretende-se o diálogo entre teorias do campesinato e as teorias feministas de gênero, uma vez que o estudo pela abordagem de gênero possibilita a releitura dos processos históricos, incluindo as mulheres como sujeitos (SCOTT,1995). Independente das diversidades sociais que proporcionaram os vários entendimentos de gênero, estes se dão por conta de um contexto e propósito políticos diferenciados e que interagem com o meio em que vivem. O que nos remete ao imperativo de aprofundar no debate sobre as ruralidades onde as mulheres rurais estão inseridas.

Palavras chaves: globalização-ruralidades, violência contra a mulher e gênero.

País originalmente colonizado, o Brasil herdou dos portugueses valores patriarcais e racistas, que o formatou numa sociedade em desigualdades sociais baseada pela interseção diferenciada categorias sociais, como as de classe, raça/etnia e gênero. Ou seja, conforme analisado por diversos sociólogos como Florestan Fernandes o país se organiza/ou segundo as estruturas e relações sociais estabelecidas desde a sua formação, definindo a forma de ação e intervenção da sociedade e do Estado. O Estado brasileiro só assumiu a responsabilidade plena sobre garantia da igualdade de direitos, inclusive à educação e à vida, como um direito de todo(a) e qualquer cidadão(ã) em 1988, com a atual Constituição, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, devido aos avanços ocorridos no sentido da cidadania plena para toda a população. O Artigo 5º, inciso I, descrito abaixo, desta Constituição assegura a homens e mulheres igualdade em direitos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Entretanto, violência contra a mulher, no Brasil, como em diversas partes do mundo, só foi considerada como ato inequivocamente violento apenas nas últimas décadas - o que levou a sua criminalização no Brasil em 2006. O avanço nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e de sua criminalização ocorreu graças aos contínuos esforços de movimentos sociais e de diversos trabalhos acadêmicos, onde a sociedade civil como um todo, organizações não governamentais (ONGs) e universidades se inspiraram e influenciaram mutuamente desde a década de 1970. Estudos vêm sendo executados no Brasil sobre as diversificadas formas de violência contra a mulher e a questão de gênero como um todo, mas não há consenso sobre o que influencia diretamente as práticas violentas nem a manutenção de papéis sociais subjulgados para as mulheres. Porém alguns indicadores não devem ser menosprezados, como o acesso a políticas públicas de segurança, saúde, educação e renda. Uma vez que é inegável que apesar da violência contra a mulher ser tida como democrática por

alcançar mulheres das diferentes classes, raça/etnias, gerações e localidades, faz-se notório também que são aquelas mais esquecidas pelo poder público que sofre tais violências de forma mais aguda e crônica de forma direta e indireta.

Situada no sertão baiano, a 478 km de Salvador, Irecê traz em sua formação social com fortes elementos locais e tradicionais mesclados com as novas conformações vindas pela globalização que a alcançou junto com a revolução tecnológica digital e o acesso mais viável a outros centros urbanos. Em meados do século passado o Brasil como um todo vivenciou um aceleração do desenvolvimento urbano e acesso a novas tecnologias e na década de 1980, a cidade recebe o título de Capital Mundial do Feijão alcançando grande desenvolvimento rural e urbano, que contribui para grandes transformações socioculturais no município. Como cidade sertaneja do Nordeste brasileiro, a cidade é caracterizada pelos elementos predominantes na formação social brasileira, como o patriarcalismo, latifúndio e racismo.

Em cerca de trinta anos, Irecê viveu seu apogeu e sua derrocada como Capital do Feijão, as mudanças foram drásticas tanto para o consumo, o acesso ao trabalho, à educação, às novas tecnologias, a renda, a moradia, etc. Mas os efeitos da produção do feijão não foram vivenciados igualmente por toda a população, tais efeitos eram sentidos de acordo com a combinação entre a classe social, a raça/etnia e o gênero, entre outras categorias. E em meio às transformações socioeconômicas a população em geral haveria de se conformar segundo os requisitos sociais dispostos ao papel social que lhe era atribuído. Assim, conformada nos moldes patriarcais, de Irecê pouco se sabe sobre qual o lugar, o papel, as potencialidades e limites das mulheres em Irecê. Mulheres essas de todas as raças/etnias, classes sociais, ocupações (domésticas, rurais, urbanas, remuneradas ou não), com sonhos singulares ou vulgares, pouco, ou nada delas se sabe.

O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2012, em sua atualização sobre Homicídios de Mulheres no Brasil indica a Bahia no 6º lugar no ranking dos estados com mais homicídios de mulheres no país e com a 5ª capital mais violenta neste aspecto. Irecê não se encontra entre os dezessete municípios¹ baianos que estão entre os cem mais violentos do Brasil. Segundo o IBGE, Irecê possui uma população de 66.181, onde 34.163 são mulheres². Porém, existe no município apenas um Centro de Referência da Mulher além de, ainda segundo o IBGE, 89 instituições de ensino³; dos 32 estabelecimentos de saúde apenas nove são públicos. Tanto na educação como na saúde não foi possível identificar quantos daqueles existem nas áreas rurais do município. Contudo, com base nos dados acima, pode-se inferir que em consonância com a maioria dos municípios brasileiros, Irecê já aponta uma precariedade nos serviços ofertados à população, urbana ou rural, e pouco se sabe, qualitativa e quantitativamente, sobre a realidade das mulheres que vivem nas áreas rurais de Irecê. A importância de saber a existência do Estado nas áreas rurais de Irecê decorre da literatura sociológica sobre ruralidade, campo e gênero que afirma um agravamento na situação das mulheres que residem nestas localidades (Cavalcanti, 2004).

Desta forma, este projeto realiza um estudo sociológico exploratório sobre a realidade das mulheres rurais frente a situações de violência contra as mulheres e condições de educação em de Irecê/BA diante do processo de globalização vivenciado na região. Pretende-se o diálogo entre teorias do campesinato e as teorias feministas de gênero, uma vez que o estudo pela abordagem de gênero possibilita a releitura dos processos históricos, incluindo as mulheres como sujeitos (SCOTT, 1994). Independente das diversidades sociais que proporcionaram os vários entendimentos de gênero, estes se

¹ Seis situados na mesorregião Metropolitana de Salvador; Sete na mesorregião di Sul Baiano; Dois na mesorregião Centro-Sul Baiano; Um no Centro-norte Baiano; e, Um no Vale do São Francisco Baiano.

² Censo 2010, IBGE. Acessado em 15/05/2013 <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=291460>>

³ Fundamental, 47; pré-escola, 33 e médio, 09. O IBGE não diferenciou quantas são da rede pública de educação, Segundo o Censo 2010, IBGE. Acessado em 15/05/2013 <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=291460>>.

dão por conta de um contexto e propósito políticos diferenciados e que interagem com o meio em que vivem. O que nos remete ao imperativo de aprofundar no debate sobre as ruralidades onde as mulheres estão inseridas.

Sabe-se que a sociedade patriarcal tende a ignorar a mulher como sujeito social e político através da naturalização das práticas, sensações e sentimentos femininos, a fim de desqualificar e minimizar efeitos e necessidades de mudanças na vida das mulheres. O Censo de 2010 mostra que 51,62% da população de Irecê é composta por mulheres, mas em registros sobre a cidade nada ou pouco se diz sobre as mulheres, que começam a ocupar cargos públicos, como no legislativo municipal com, apenas, um quinto das vagas. É nesse sentido que se faz necessário compreender o lugar, as expectativas e realizações das mulheres de Irecê.

Disputas epistemológicas e políticas sobre o conceito de gênero levaram a um consenso a partir dos anos de 1980 de que este conceito trata-se da “maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”, conforme apresentado por Scott (1995). Saffioti afirma que o “gênero distribui os indivíduos pelas posições sócio-culturalmente significativas”, assim, a questão de gênero trataria do pertencimento de cada indivíduo social a uma categoria, posição social que são previamente construídos e que os situam em individualidade frente a outros indivíduos e grupos (Saffioti, 1991: 158). Ou seja,

“É também através das relações de gênero que os indivíduos se percebem como membros de uma categoria social onde precisam responder a papéis previamente definidos de acordo com a cultura a que pertencem. Outra ênfase importante é a de que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem como realidades naturais e que o conceito de gênero abarca as dimensões simbólica, organizacional, normativa e subjetiva” (SCOTT, 1995 *apud* Albuquerque, 2009).

Apesar de sabido que a última metade do século passado é representativa no avanço legal dos direitos humanos, mas também foi cenário para grandes polêmicas, ditaduras, crises e desenvolvimentos econômicos, e que atingiram de maneira diferenciada homens e mulheres.

“existe uma grande diferença entre o real e o ideal no que diz respeito aos valores e normas que regem as relações entre os membros de uma dada sociedade. Entretanto, esta diferença muda de acordo com o tempo e com a posição social dos indivíduos dentro de uma determinada estrutura social e alguns grupos têm mais poder do que outros no sentido de estabelecer como hegemônicos determinados valores” (Albuquerque, 2009)

Ou seja, como descrito acima, precisa-se identificar como os diversos tratados assinados pelo Brasil⁴, leis e políticas públicas que foram implementadas saíram do ideal e interferiram de fato na realidade das mulheres em Irecê. E como estas mulheres processaram e moldaram tais transformações na sociedade ireceense. Dessa forma, pretende-se compreender a partir da história das mulheres e como suas vidas foram conduzidas segundo as perspectivas de gênero corrente em seus contextos sociais, tanto na esfera privada quanto na pública.

Trabalhar-se a globalização tanto no recorte teórico da Sociologia Rural, que vem desenvolvendo este estudo principalmente a partir da década de 1990, quanto nos reflexos práticos nas vidas das mulheres rurais. O que implica entender como foi alterado o local onde estas mulheres estão inseridas. Afinal, na categoria global sempre aparece a categoria local e nesta a ruralidade onde as mulheres enfrentam a subjugação do capitalismo e do patriarcado predominante na sociedade

⁴ Tratado de Viena, 1993; Convenção da Mulher de Belém do Pará, 1994; Convenção de Beijing – 1995; Código Civil, 2002; Lei da Violência Doméstica – Nº 10.886/04; Lei Maria da Penha, 11.340/06, entre outros.

brasileira. (Cavalcanti, 2004) Com a globalização no campo, homens e mulheres vislumbraram a possibilidade de desenvolvimento econômico e tecnológico e de mais autonomia ao terem mais acesso a informações sobre seus direitos e a outras formas de vida (campanhas, políticas públicas, direitos, meios de comunicação, novos moradores). Porém, no que se refere aos direitos, apesar da ampliação dos mesmos e oportunidades na esfera global, os serviços públicos locais ainda são escassos nas áreas rurais. Com a cultura patriarcal ainda muito forte nestas áreas, permanece uma coerção social sobre as mulheres que estão subjugadas aos homens de suas famílias e da sua comunidade.

As oportunidades de trabalho locais não condizem às expectativas da população rural sobre a chegada da globalização nos espaços rurais. Ofertas de emprego foram limitadas e absorveram, principalmente, mão de obra masculina. Alimentando a divisão sexual do trabalho, mantendo a mulher refém do trabalho reprodutivo e valorizando atividades no mercado de trabalho consideradas masculina. Assim, a globalização trouxe ao mundo rural possibilidades de desenvolvimentos urbano-tecnológico. Entretanto, a transformação mostra-se a serviço do capital e pouco contribui para o enfrentamento das desigualdades de classe, raça/etnia e gênero, entre outras.

A Sociologia Rural buscou/busca entender os elementos característicos e estruturadores da sociedade rural mediante os diversos processos de globalização. Contudo, ainda ficam pouco entendidos como os elementos estruturantes da sociedade patriarcal local são atingidos pela globalização do mundo rural e o que repercute diretamente na vida das mulheres. Daí, a proposta do diálogo entre a teoria feminista e a do campesinato para analisar a conexão entre o contexto de discriminação e desigualdade vivenciado pelas mulheres rurais através das estruturas locais/globais.

Registra-se o entendimento aqui de mulheres/trabalhadoras rurais e quilombolas e indígenas como todas que vivam da natureza através da produção/extração de alimentos e criação de animais, independente da tecnologia utilizada, vínculo trabalhista ou posse da terra, respeitando as suas identidades sociais e étnico-raciais. Algumas ligadas a movimentos sociais (de luta pela terra, mulheres/ feministas, ecológicos, entre outros), e outras sem nenhum vínculo organizacional.

Um estudo de caso realizado busca entender como ocorrem as vivências da cidadania das mulheres e as possíveis variáveis da condição de gênero, classe, raça/etnia e localidade no acesso a educação, profissionalização e enfrentamento à violência contra a mulher. Acredita-se que as teorias de gênero e patriarcado possibilitem uma abrangência singular sobre as desigualdades de poder entre homens e mulheres, assim como as teorias de campesinato contribuem para o entendimento de como os elementos estruturantes da sociedade patriarcal local são atingidos pela globalização do mundo rural e o que repercute diretamente na vida das mulheres. Para tanto, leva-se em consideração um consenso da literatura feminista sobre o fenômeno conceituado como cegueira de gênero que impede a percepção das questões de gênero pelas diversas ciências, acarretando na sub-representação e notificação sobre e das mulheres nos estudos científicos e até mesmo nas políticas públicas (Albuquerque, 2009). Daí, a proposta do diálogo entre a teoria feminista e a do campesinato para analisar a conexão entre o contexto de discriminação e desigualdade vivenciado pelas mulheres rurais através das estruturas locais/globais.

De maneira geral, com o objetivo de compreender a realidade das mulheres rurais em Irecê no tocante a educação e enfrentamento à violência contra a mulher e as transformações dos papéis de gênero em Irecê a partir da percepção das mulheres., desdobram-se ações que visam tanto identificar os serviços públicos (educação, saúde, segurança, promoção de trabalho/renda) nas áreas rurais de Irecê e as principais características e transformações dos papéis de gênero em Irecê ao longo da história das mulheres, quanto de levantar dados das notificações de violência contra a mulher no município. Para então analisar o acesso e permanência das mulheres no ensino fundamental, médio e profissionalizante, segundo local de moradia e compreender de dados sobre os assassinatos de mulheres em Irecê, incluso a localidade de residência da vítima e sua escolaridade.

Isto vem sendo possível graças a metodologia empregada no projeto que leva em consideração a bibliografia sociológica sobre gênero, educação, ruralidade e violência contra a mulher e tem buscado aplicar tanto a abordagem qualitativa - com registro audiovisual da história oral das mulheres e seus testemunhos sobre o processo de globalização na região e as mudanças nos papéis das mulheres, e a abordagem quantitativa de forma ampliar a percepção sobre a realidade estudada com os dados oficiais sobre o acesso aos serviços públicos e a situação das mulheres rurais no município de Irecê. O projeto está em sua fase inicial com a revisão bibliográfica (que perdurará por todo o projeto), contatos com os municípios estudados para levantamento de dados oficiais e realizações de entrevistas com representantes do poder público e com mulheres rurais.

Com base na perspectiva histórica de gênero, deseja-se nesta pesquisa construir uma compreensão sobre a história das mulheres com suas vidas, como foram conduzidas por seus contextos sociais, tanto na esfera privada quanto na pública, para tanto se entende como necessário não só uma análise teórica de gênero, mas uma postura da perspectiva de gênero que assegure as mulheres entrevistadas um lugar de sujeito. Desta forma, este projeto levará em consideração a bibliografia sociológica sobre gênero, história oral, análise de conteúdo e cultura e desenvolverá uma abordagem da história oral das mulheres entrevistadas. No intuito de compreender as configurações dos papéis sociais de gênero destinado às mulheres e suas combinações com outras categorias, como classe, raça/etnia e a educação, a história oral será tratada não meramente como um instrumento, mas como uma metodologia que entende entrevistador(a) e entrevistado(a) como sujeito e autores do conhecimento produzido, mesmo com a manutenção da responsabilidade para quem coordenada e conduz a pesquisa. (Rovai, 2007)

Através do desenvolvimento da pesquisa e da divulgação para dos resultados, será beneficiada, através da investigação sistemática e de intervenção social, a comunidade estudada, além da microrregião⁵ de Irecê, uma vez que após o estudo exploratório pretende-se desenvolver ampliação, o aprimoramento para outras áreas da região, com a apropriação do conhecimento científico, a construção de uma reflexão sociopolítica da realidade das mulheres das comunidades rurais de Irecê e o registro dos depoimentos – que poderá ser utilizado em outros projetos, quanto pela compreensão sobre o papel da mulher ireceense.

Bibliografia

- Albuquerque, L. A. (2009) Assassinatos de mulheres : violência urbana ou femicídio? Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292p.
- Cavalcanti, J. S. B. (2004). Globalização e ruralidade. In: Maria de Nazareth Baudel Wanderley. (Org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. Campinas: Polis, p. 17-32.
- CENSO, IBGE. Acessado em 18 de maio de 2012 em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=291460#>
- Filho, E. M. A. M. e Rovai, M. G. O (2007). Para pensar e fazer a história oral. Resenha de MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.
- Saffioti, H. I. B. (2004) Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

⁵ Irecê, América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipuipara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel.

- Saffioti, H. I. B. (1991) Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: Seminário: Mulher em Seis Tempos, Araraquara.
- Saffioti, H. I. B. Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. In Lutas sociais. São Paulo: PUC.
- Scott, J. W. (1995). Gênero uma categoria útil para a análise histórica. In Educação e Realidade, V. 20(2).
- Scott, J. W. (2000) Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In Debate Feminista (Cidadania e Feminismo), nº especial, p. 203-222.
- Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. FLACO Brasil –Área de Estudos sobre a Violência www.flaco.org.br.
- Welch, C. A. ; Malagodi, A ; Cavalcanti, J. S. B. ; Wanderley, M. N. B. (2009). Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas. 1. ed. São Paulo: UNESP. v. 1. 335p.